



ATINGIDAS E ATINGIDOS EM LUTA PELA GARANTIA DE DIREITOS!

Porto Alegre, 29 de abril 2026

No marco dos dois anos da enchente que atingiu o Estado do Rio Grande do Sul em maio de 2024, os movimentos sociais trazem sua contribuição para a Audiência Pública realizada pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado do RS.

Nossas considerações:

1. Consideramos que é tempo de avançar para construção de políticas públicas comprometidos com a solução dos problemas da população atingida.
2. Considerando que o estado do Rio Grande do Sul tem sofrido com as crescentes reações extremas das mudanças climáticas, produzindo fortes chuvas, enchentes, temporais, granizos e secas. As consequências são grandes perdas e danos às massas trabalhadoras moradoras de comunidades, bairros periféricos e ribeirinhos, sendo as mulheres e população negra as maiores vítimas.
3. Considerando que em maio de 2024 sofremos com a maior enchente da história do Rio Grande do Sul. Os dados oficiais reconhecem cerca de 465 mil domicílios particulares atingidos, e levantamento da Confederação Nacional de Municípios aponta que mais de 100 mil moradias foram danificadas ou completamente destruídas em todo o estado.
4. Considerando que as atuais políticas de apoio para reconstrução das comunidades e moradias atingidas são insuficientes e é dever do poder público dar centralidade, destinar recursos, estruturas e criar as adequadas políticas públicas de Estado para apoiar o povo atingido na reparação e reconstrução das perdas e danos.
5. Constatamos que milhares de famílias atingidas não foram reconhecidas e seguem excluídas das listas do poder público para acesso às políticas de habitação. Garantir o reconhecimento dos casos negados, incluir todos os nomes das famílias

atingidas que ficaram de fora das listas e analisar sob critérios adequados de acordo com a nova realidade atingida é parte da solução.

6. Considerando que a crise climática que sofremos é consequência do atual modo de produção e circulação das mercadorias em escala mundial. Lamentavelmente o cenário futuro indica que os eventos climáticos extremos se ampliarão no próximo período, o que aumentará o número de pessoas atingidas em situações cada vez mais dramáticas.

7. Denunciamos que o Governador Leite, que ao invés de aperfeiçoar, destruiu a principal política que garantia o desenvolvimento das regiões e os direitos dos atingidos no estado do Rio Grande do Sul. A Política Estadual dos Atingidos por Barragens (Decreto nº 51.595, de 23 de junho de 2014) foi revogada pelo governador Eduardo Leite em novembro de 2019, significando grande retrocesso na vida das populações atingidas de nosso estado.

8. Consideramos que a solução para as populações atingidas está muito longe de ser resolvida e deve ganhar centralidade nas ações do poder público. Entendemos que o Estado é um espaço de extraordinária importância estratégica para promover a reconstrução dos territórios atingidos pelas mudanças climáticas. É importante que os governos tenham coragem para avançar e destinar recursos financeiros para criação de políticas públicas e apoio direto ao povo atingido.

Nossas reivindicações:

Reivindicamos uma **Política Estadual de Direitos das Populações Atingidas pela Crise Climática**. E que essa iniciativa garanta:

1. Critérios transparentes e inclusivos para a definição de pessoas atingidas, adequados à nova realidade climática, que acolha a todas as pessoas em situação de risco e/ou que tiveram perdas e danos nos eventos climáticos extremos.

2. Que a população atingida, organizada em grupos de atingidos, seja reconhecida como sujeito central da reconstrução, e seja estabelecida estratégia de Agentes de Cidadania Solidária, voltados à implementação de ações de mapeamento, registro, proteção, atendimento emergencial e reconstrução nos territórios atingidos.

3. Que seja priorizado a reparação por meio de reassentamento coletivo, que preserve os vínculos comunitários e de solidariedade entre vizinhos e familiares.

4. Que a população atingida, por meio de seus grupos e organizações, tenha participação prévia e informada no processo de reconstrução das comunidades e moradias, seja por meio de reforma e/ou construção de novas unidades.

4. Que sejam priorizadas e desapropriadas as melhores áreas (seguras e próximas dos centros urbanos), para o reassentamento das famílias atingidas.

5. Que as populações atingidas sejam consideradas como público prioritário para acesso a políticas públicas, políticas de segurança alimentar, de tarifa social de água e energia e políticas de habitação.

6. Que seja garantido Assessoria Técnica dos Atingidos.
7. Que sejam garantidos o aporte de recursos financeiros do poder público para viabilidade da política.
8. E que se garanta a criação de estrutura do poder público para liderar a execução da política aos atingidos.

Reivindicamos que se atenda a **Pauta dos Atingidos do RS.**

Nos documentos do MAB, com data de março de 2025, e do MTD, de maio de 2025, constam nossas reivindicações, sendo amplamente conhecidos pelos Governos (municipais, estadual e federal) e pelo parlamento. Entre as principais proposições constam:

- Reconhecimento dos casos negados e inclusão de todas as famílias atingidas que ficaram de fora das listas para ter o direito à moradia.
- Construção de moradias - novas e reformas, a todas as famílias atingidas.
- Construção de iniciativas para proteção e segurança das comunidades atingidas.
- Garantia de segurança alimentar, com fornecimento de cestas de alimentos às famílias atingidas e suprimento das Cozinhas Solidárias.
- Fornecimento de água e energia elétrica de boa qualidade para as famílias, Cozinhas Solidárias e Pontos Populares de Trabalho.
- Reforma, ampliação e reabertura das estruturas públicas de saúde e educação.
- Implementação das leis estaduais referentes a trabalho e renda: Lei nº 15.252, dos Pontos Populares de Trabalho e Lei nº 11.628, de Frentes Emergenciais de Trabalho.
- Garantia de ampla participação popular nas soluções da pauta.

Águas para vida, não para morte!
Direito de Morar, Morar com Direitos!

Ação da Cidadania - Comitê Gaúcho
Marcha Mundial de Mulheres (MMM)
Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)
Movimento dos Trabalhadores por Direitos (MTD)
Periferia Feminista